

Considerações sobre a (minha) análise do analista

Renata Zambonelli Nogueira,¹ São Paulo

Gostaria de agradecer o convite da equipe do *Jornal de Psicanálise*, principalmente porque foi uma convocação a me debruçar sobre o meu processo de análise, que se encerrou há pouco menos de 6 meses, e me permitiu um primeiro trabalho de elaboração. Sempre estive em diálogo interno com a ideia do “passe” das escolas lacanianas, e me perguntava se eu seria capaz de narrar o meu processo. Obviamente essa não é a minha proposta para este encontro e, além disso, imagino que passarei muitos anos – talvez toda a vida – elaborando tudo o que vivi naquele divã. No entanto, fiz alguns recortes para poder oferecer a minha experiência à reflexão, que nos cabe hoje, sobre a análise do analista.

Antes de mais nada, preciso contextualizar: a minha análise já estava em curso havia oito anos e meio quando iniciei a formação, em 2017. Foi só a partir de então que ela assumiu o formato preconizado pelo Instituto para a análise didática: o enquadre fixo de quatro vezes por semana.

Levando em conta esse caminho, considero que a maneira com que posso contribuir para a conversa de hoje é por meio de um olhar sobre a entrada da Instituição nesse processo que já tinha uma vida própria, na tentativa de depurar os efeitos que ela produziu quando se fez presente sob a intenção de produzir uma análise didática. Afinal de contas, a pergunta que me parece fundamental sobre a análise do analista é: ela difere de uma análise?

Começo, então, por descrever um certo “jeitão” com o qual a minha análise transcorria, e para isso terei que lançar mão da minha capacidade de ler o analista nas minhas memórias. Penso que alguns elementos foram cuidadosamente sustentados:

1 Membro filiado ao Instituto Durval Marcondes da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP).

- o meu desejo de análise;
- a transferência;
- o meu desejo por outras coisas do mundo, que não a análise;
- e o respeito às circunstâncias da vida real.

Eu o procurei quando era estudante de medicina. Estava encantada com o que vinha lendo e escutando na Liga de Psicanálise. Encerrei uma terapia anterior e pedi uma indicação de analista ao Oswaldo Ferreira Leite. Eu queria “alguém bem ortodoxo”. Conscientemente, eu queria vivenciar “A Psicanálise”, pois ela vinha se delineando para mim como uma possível escolha do que eu queria estudar talvez para toda a vida. Mais tarde, dentro da análise, o meu pedido pela ortodoxia foi interpretado pelo analista em seu sentido inconsciente como a demanda por um analista que permanecesse em seu lugar, e cuidasse da situação transferencial, ajudando-me a elaborar, em vez de repetir.

Especialmente no início, eu tinha pouco dinheiro. Meus pais mal se recuperavam de uma dura crise financeira, não podiam pagar mais. Eu pegava os trabalhos que eram possíveis para oferecer algum complemento, mas, ainda assim, era pouco. O analista se deformava levando em conta o meu desejo de análise. Seguimos modulando frequência e valor de sessão conforme as minhas possibilidades. Em 2012, guiada pelo meu desejo, mudei-me para a Amazônia. Na época a modalidade online era uma exceção, e ele a sustentou.

Penso que o rigor do enquadre no que diz respeito à transferência e uma maleabilidade no que diz respeito às condições de possibilidade para que a análise acontecesse foram uma combinação fundamental para a minha permanência. E também a frase que algumas vezes ele me disse, concordando comigo sobre a medida das coisas: a vida é maior do que a análise.

Quando entrei para a formação, causou-me incômodo a palavra “obrigatoriedade” interceptando aquela experiência viva que eu conhecia como análise. Mas uma parte de mim gosta do rigor, e me interessei por testar com meu próprio psiquismo a imersão que o formato das quatro vezes por semana prometia potencializar.

No entanto, minha experiência como analisante não atestou esse modelo fixo como produtor de meus melhores momentos de análise. Ao contrário, a forma pela qual percebi as intervenções da Instituição em meu processo revelaram um modo “tudo ou nada” de funcionar, que ora chancelou,

ora invalidou a minha experiência com base em critérios que me pareceram arbitrários. Arbitrários porque nada dialogaram com aquilo que eu vivia.

Explico-me por meio da narrativa de dois fragmentos.

Tive a minha filha passados três anos e meio de análise didática, faltava um ano e meio para concluir o tempo obrigatório. Então, usufruí da licença-maternidade. Essa era uma conquista recente dentro do Instituto: o membro filiado fica desobrigado de seguir com todas as atividades da formação pelo período de seis meses.

Mas eu estava transferida, então logo nas primeiras semanas de vida da minha filha, em sofrimento, retomei a análise em baixa frequência, eu precisava falar. Fizemos sessões “avulsas, sob demanda”, e, conforme algum esboço de rotina foi se delineando na vida selvagem do puerpério, fixamos uma vez por semana, e bem mais adiante aumentamos para duas vezes.

Eram os primeiros meses da pandemia, quase tudo era desconhecido. Vivíamos totalmente isolados, com medo da morte. Minha filha era um bebê que não dormia e tinha cólicas terríveis. Minha parceria com o então marido falhava o tempo todo. O medo do contágio pelo vírus mortal restringiu minha rede ao mínimo. A privação de sono era extrema.

No meu enlouquecimento materno, vivi uma guerra contra a morte e contra o mundo, tudo ameaçava a vida, o sono ou a paz da minha bebê. Eu precisava produzir barreiras. Fazia as restrições alimentares mais malucas para tentar interromper as cólicas. Qualquer privação valia, aceitar a impotência absoluta não me acalmava. O grito que escancarava o desamparo representava nós duas.

No branco do mosquiteiro, acumulavam-se pequenos círculos de sangue, que eu olhava com prazer. Marcas do sucesso materno em aniquilar aqueles pequenos e irritantes representantes da parte do mundo que “não entendeu nada” sobre o que se passava, e que insistia em existir como alteridade.

O cocô retido na barriga da minha filha por oito, nove dias, por imaturidade do esfíncter, me enlouquecia. E paralisava diante da ambivalência sobre o supositório: o desejo de resolver a angústia de uma vez por todas, e, por outro lado, o assombro com o poder de invadir o corpo do outro.

Na amamentação, dor, exaustão, mais ambivalência: a vivência de amor e prazer, e também a de escravidão sexual. Seguir amamentando, ou não dormir?

O sexual do adulto traumatiza o bebê? O sexual do bebê traumatiza o adulto?

Eu dormia muito pouco, mas sonhava. Sonhei o sonho em que minha filha levava lesmas à boca, e eu não a alcançava para impedir... Sonhei o sonho do infanticídio.

Ao mesmo tempo, as conquistas me matavam de amor. Seus sorrisos; seus primeiros gestos deformando o mundo; suas gargalhadas ao escutar o som da palavra “cocuruto” quando brincávamos no banho, ou as cacofonias de Caetano... E também sua evidente preferência pela voz de Cesária Évora para ser embalada ao sono. Acho que captava a alegria e o prazer naquele canto, e seu triunfo sobre tantas formas de aridez.

O analista me escutava, me suportava. Sustentava as ambivalências, legitimava minha intuição materna e os meus limites, dividia comigo a angústia das situações sem saída. Aguentava o meu ódio. A análise foi um cordão salva-vidas. Eu repeti muitas vezes que precisaria me manter em análise com ele até terminar de processar o excesso que vivi. O analista era minha testemunha, e penso que a transferência ganhou uma nova camada.

Será que tudo isso tem algo a ver com psicanálise?

Em seu belo texto, Daniel Delouya (2022) aponta para a ideia de que o trabalho do analista acontece na reabertura do primeiro processo de engendramento do sujeito, reparando, em certa medida, o trabalho de escuta do objeto que conferiu ao infans sua morada na linguagem e na cultura.

Eu vivia o trauma da identificação com o bebê, e o desamparo que era de todos, acentuado pela pandemia. Vivia a solidão materna que era singular, mas que também era política, própria da cultura neoliberal e do patriarcado. Deformava-me com toda a musculatura de que dispunha para realizar o trabalho do objeto. Tudo isso em interlocução com meu analista, recebendo suas ressonâncias.

Mas os cronômetros da Instituição estavam pausados, e nada disso contou como tempo de análise didática.

Percebam que o momento da licença-maternidade foi o único em que a presença da Instituição no meu processo de análise se deu com alguma deformação, cedendo da forma fixa. No entanto, ela não foi maleável. Ao ceder, a Instituição se retirou totalmente. Pausou o cronômetro e tapou os ouvidos, invalidando de antemão um período intenso de análise que eu sei que vivi (e meu analista didata é testemunha!).

Obviamente eu não estou propondo que se cogite voltar atrás na licença-maternidade. Tampouco estou afirmando que a experiência da maternidade (ou o desejo por ela) seja imprescindível a quem se pretenda analista. Essas são falsas questões. A maternidade foi uma das experiências, que, como tantas outras da vida, me transformaram, me mostraram novas partes de mim, e me constituíram como analista. O verdadeiro objeto de questionamento é o caráter pouco analítico do critério que a Instituição escolhe para validar a análise do analista em formação. O que as quatro vezes por semana tem a ver com análise?

Vamos, então, ao segundo fragmento, meus últimos meses da análise didática. Eu desconfiava da dissolução da transferência, embora amasse a análise e também a pessoa do analista. Falava sobre o fim da análise, mas tudo em torno desse tema permanecia estranhamente nebuloso para mim, não avançávamos muito.

Mas, uma vez concluído o prazo da análise didática, o fim da análise pôde aparecer e ser vivido. Primeiro, no choro inconsolável pelo predinho demolido próximo ao consultório do analista, a dor de não ter para onde voltar. Depois, a perda da chave do seu consultório, devidamente interpretada por ele. E, então, a sensação de que algumas coisas não diziam mais respeito ao analista. Ele ficava com um pedaço do meu superego, como um bloco que eu depositava sobre ele, e eu gostava da sensação de liberdade.

Ora, considerando que encerrar a análise antes do prazo institucional de cinco anos resultaria numa imensa complicação se eu quisesse concluir a minha formação no Instituto (reiniciar com outro analista didata sob o formato de quatro vezes por semana por mais três anos, independentemente do tempo que me faltava), pergunto-me a respeito desses últimos meses sob o cronômetro da análise didática: será que pudemos acessar a verdade? Ou ela foi empurrada ao terreno do impensável pelas normas da Instituição?

Referência

Delouya, D. (2022). Da exigência de deformação na formação. *Jornal de Psicanálise*, 55(103), 45-58.

Renata Zambonelli Nogueira
renatazambonelli.psi@gmail.com